

Informativo de Legislação

SEDOC



ANO XXIV N. 12 21/1/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Instrução Normativa GP n. 155, 20 de janeiro de 2026

Altera a Instrução Normativa GP n. 44, de 10 de setembro de 2018.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 20/1/2025, p. 2)

Portaria GP n. 50, 20 de janeiro de 2026

Tornar sem efeito, desde a data de sua publicação, a Portaria GP n. 38, 15 de janeiro de 2026, publicada em 19 de janeiro de 2026, que altera a Instrução Normativa GP n. 44, de 10 de setembro de 2018.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 20/1/2025, p. 3)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edital de Seleção n. 1/2026

Programa Internacional de Capacitação – Women Judge's Program

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), em parceria com o Superior Tribunal Militar (STM), a Escola Nacional do Judiciário (ENAJU), Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), King'sCollege London (KCL) e a Universityof New South Wales (UNSW Sydney), torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo de magistradas para participação no WomenJudge'sProgram – Judicial Training & theBrazilianJudiciary, a ser realizado entres os dias 15 e 17 de abril de 2026, em Brasília/DF.

(DJe/CNJ 21/1/2026, p. 1-4)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Resolução CCFGTS n. 1.144, de 18 de dezembro de 2025

Aprova as metas para o exercício de 2026 dos indicadores estratégicos do FGTS estabelecidos na Resolução nº 1.121, de 22 de maio de 2025, que altera a Resolução nº

948, de 10 de dezembro de 2019, que define o Planejamento Estratégico do FGTS, sob responsabilidade do Agente Operador.

(DOU 21/1/2026, Seção 1, p. 122)

Resolução CCFGTS n. 1.145, de 18 de dezembro de 2025

Aprova a alocação de recursos à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, para o exercício de 2026, a título de remuneração da fiscalização do FGTS.

(DOU 21/1/2026, Seção 1, p. 122)

Resolução CCFGTS n. 1.146, de 18 de dezembro de 2025

Definir as metas para 2026 dos indicadores de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecidos na Resolução CCFGTS nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprovou o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030.

(DOU 21/1/2026, Seção 1, p. 124)